

MP do equilíbrio fiscal

Impacto da desoneração da folha e MP em 2024

Impacto da desoneração

- empresas: - R\$ 15,8 bi
- municípios: - R\$ 10,5 bi
- Total:** - R\$ 26,3 bi



Impacto da MP em 2024

- crédito presumido PIS/Cofins não ressarcível: + R\$ 11,7 bi
- compensação PIS/Cofins limitada: até R\$ 17,5 bi
- Total:** até R\$ 29,2 bi

Premissas para a compensação

- Sem criação ou majoração de tributos
- Sem prejudicar os contribuintes menores ou o setor produtivo
- Corrigindo distorções do sistema tributário brasileiro
- Não-cumulatividade do PIS/Cofins: atualmente, a arrecadação é próxima de nula ou até “negativa” em alguns setores
- Princípios da não-cumulatividade (neutralidade principalmente) foram distorcidos em verdadeiras subvenções
- Outros setores, não contemplados, carregam o ônus da tributação

Não cumulatividade PIS/Cofins – base sobre base

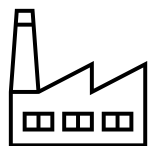
Alíquota nominal: 9,25%

Alíquota real: **usualmente abaixo de 1%**, muito menor que a alíquota cumulativa modal de 3,65%

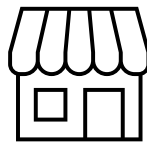
Tabela: PJs diferenciadas

Carteira Setorial	Qtde. de CNPJ	ALÍQUOTAS SETORIAIS											Variação Carga Estimada base RB-EFD_C	
		2022									2023			
		Arrecadação / RB-ECF	Arrecadação / RT-ECF	Arrecadação / RB-EFD_C	DCTF / RB-ECF	DCTF / RT-ECF	DCTF / RB-EFD_C	Estimada base RB-ECF	Estimada base RT-ECF	Estimada base RB-EFD_C	Arrecadação / RB-EFD_C	DCTF / RB-EFD_C		
INDÚSTRIA EM GERAL	77	2,13%	1,89%	2,07%	1,62%	1,44%	1,58%	2,76%	2,45%	2,69%	2,28%	1,95%	2,94%	9,29%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGUROS - JURISDICIONADAS NA DEINF	396	0,59%	1,11%	0,53%	0,71%	1,34%	0,64%	0,71%	1,34%	0,64%	0,78%	0,93%	0,93%	45,31%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGUROS - NÃO JURISDICIONADAS NA DEINF	319	3,82%	1,58%	0,99%	4,67%	1,93%	1,21%	4,68%	1,93%	1,21%	1,07%	1,47%	1,47%	21,49%
LOCAÇÃO - SERVIÇOS	31	1,78%	1,09%	1,19%	2,15%	1,32%	1,44%	2,16%	1,33%	1,45%	0,98%	1,17%	1,18%	-18,62%
MEIOS DE PAGAMENTO, TICKET ALIMENTAÇÃO E PROGRAMAS DE FIDELIDADE	40	3,47%	2,17%	2,59%	4,22%	2,63%	3,15%	4,22%	2,63%	3,15%	3,17%	3,61%	3,60%	14,29%
METALURGIA E SIDERURGIA	238	1,36%	1,19%	1,23%	0,42%	0,37%	0,38%	1,49%	1,30%	1,35%	1,05%	0,36%	1,20%	-11,11%
MINERAÇÃO	89	0,45%	0,34%	0,31%	0,31%	0,23%	0,21%	0,49%	0,36%	0,34%	0,37%	0,28%	0,40%	17,65%
PAPEL E CELULOSE	123	0,70%	0,50%	0,57%	0,54%	0,38%	0,44%	0,96%	0,68%	0,78%	0,45%	0,46%	0,63%	-19,23%
PECUÁRIA, CARNES, LEITES E DERIVADOS	325	0,12%	0,10%	0,11%	0,07%	0,06%	0,06%	0,16%	0,13%	0,14%	0,12%	0,07%	0,14%	0,00%
PEDÁGIOS	49	2,23%	1,62%	2,45%	2,76%	2,01%	3,03%	2,76%	2,00%	3,03%	2,50%	2,98%	2,98%	-1,65%
PETRÓLEO E GÁS	129	1,72%	1,55%	1,56%	1,61%	1,45%	1,46%	1,80%	1,62%	1,63%	1,58%	1,64%	1,89%	15,95%
PLANOS DE SAÚDE	125	0,61%	0,53%	0,62%	0,81%	0,70%	0,83%	0,81%	0,70%	0,83%	0,62%	0,87%	0,87%	4,82%
PRODUTOS DE METAL - COMÉRCIO E PRODUÇÃO	120	1,04%	0,95%	0,96%	0,61%	0,56%	0,56%	1,26%	1,16%	1,16%	1,10%	0,88%	1,37%	18,10%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES	131	1,06%	1,00%	0,93%	0,66%	0,63%	0,59%	1,13%	1,08%	1,01%	0,85%	0,59%	0,94%	-6,93%
QUÍMICOS - COMÉRCIO	61	2,13%	2,08%	2,15%	0,26%	0,25%	0,26%	2,27%	2,21%	2,29%	1,90%	0,32%	1,96%	-14,41%
QUÍMICOS - FABRICAÇÃO	212	1,97%	1,75%	1,89%	0,62%	0,55%	0,60%	2,34%	2,07%	2,25%	0,78%	0,42%	0,98%	-56,44%
SAÚDE	157	0,76%	0,66%	1,26%	1,10%	0,95%	1,81%	1,10%	0,96%	1,82%	1,31%	1,79%	1,80%	-1,10%
SUCROALCOOLEIRO	214	0,15%	0,12%	0,14%	0,29%	0,23%	0,28%	0,32%	0,26%	0,31%	0,10%	0,24%	0,27%	-12,90%
SUPERMERCADOS	339	0,24%	0,23%	0,24%	0,31%	0,30%	0,31%	0,35%	0,34%	0,35%	0,31%	0,37%	0,41%	17,14%
TECNOLOGIA - COMÉRCIO E SOFTWARE	214	4,40%	4,18%	4,21%	4,20%	3,99%	4,02%	4,76%	4,52%	4,56%	3,83%	3,88%	4,26%	-6,58%
TELEATENDIMENTO E SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	52	2,57%	2,43%	2,55%	3,18%	3,01%	3,16%	3,18%	3,01%	3,16%	2,22%	3,14%	3,14%	-0,63%
TELECOMUNICAÇÕES	37	1,15%	0,94%	0,84%	2,45%	2,01%	1,80%	2,45%	2,01%	1,80%	1,18%	1,84%	1,85%	2,78%
TÊXTIL	114	1,98%	1,79%	1,82%	1,40%	1,27%	1,29%	2,73%	2,47%	2,51%	2,06%	1,93%	2,95%	17,53%
TRADING	49	10,70%	9,63%	9,40%	0,10%	0,09%	0,09%	10,73%	9,65%	9,43%	9,06%	0,10%	9,09%	-3,61%
TRANSPORTE - AÉREO E GESTÃO DE AEROPORTOS	43	1,67%	1,65%	2,62%	1,85%	2,59%	2,75%	1,95%	2,73%	1,02%	0,97%	1,09%	1,09%	-60,07%
TRANSPORTE - LOGÍSTICA E TERRESTRE	271	1,23%	1,14%	1,19%	1,58%	1,46%	1,52%	1,67%	1,54%	1,61%	1,17%	1,60%	1,69%	4,97%
TRANSPORTE - MARÍTIMO	80	2,91%	2,14%	0,99%	3,34%	2,45%	1,14%	3,51%	2,57%	1,20%	2,40%	2,74%	2,82%	135,00%
TURISMO, HOTELARIA E LAZER	41	1,08%	0,97%	1,05%	1,53%	1,38%	1,48%	1,54%	1,39%	1,50%	1,11%	1,82%	1,82%	21,33%
VAREJO EM GERAL	199	0,96%	0,90%	0,92%	1,53%	1,43%	1,47%	1,90%	1,77%	1,82%	1,17%	1,84%	2,17%	19,23%
VEÍCULOS EM GERAL	34	3,28%	2,42%	0,74%	4,45%	3,29%	1,01%	4,59%	3,39%	1,04%	2,99%	3,26%	3,42%	228,85%
VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO - SERVIÇOS	27	1,13%	1,07%	1,03%	1,40%	1,33%	1,28%	1,45%	1,38%	1,33%	1,13%	1,56%	1,63%	22,56%
TOTAL	8422	1,12%	1,13%	0,99%	1,05%	1,06%	0,93%	1,44%	1,45%	1,27%	1,12%	1,12%	1,44%	13,39%

Não cumulatividade PIS/Cofins – base sobre base



Venda: R\$ 100
PIS/COFINS (3,65%): R\$ 3,65



Venda: R\$ 120,00
PIS/COFINS (9,25%): R\$ 11,10
Crédito (9,25%): R\$ 9,25 (não R\$ 3,65)
Pagamento: R\$ 1,85 (não R\$ 7,45)

Sistemática base sobre base

+ Créditos presumidos

+ Alíquotas reduzidas

+ Isenções

+ imunidade nas exportações

Resultado: acúmulo de créditos

2023

- R\$ 435,7 bilhões de arrecadação PIS/Cofins
- R\$ 62,4 bilhões (14,3% do arrecadado) de créditos utilizados para compensação com outros tributos

2024 – março

- R\$ 53,8 bilhões em estoque para restituição/compensação de PIS/COFINS

Não cumulatividade PIS/Cofins

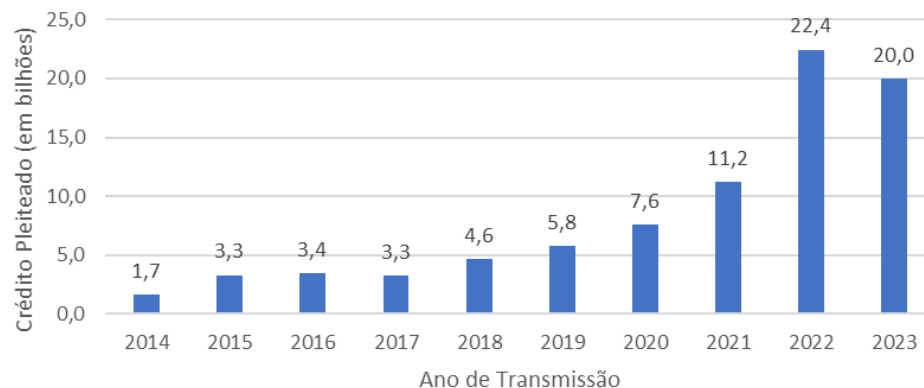
Compensação de débitos Total por Tipo de Crédito em 2023

Tipo de Crédito	Valor Crédito (R\$)	%
Ação Judicial	73.816.499.264,71	29,6%
Pis/Cofins	62.484.171.554,24	25,0%
SalDOS Negativos IRPJ e CSLL	48.404.053.205,33	19,4%
Pgto Indevido ou a maior	24.435.898.910,37	9,8%
IPI - Ressarcimento	14.111.003.665,06	5,7%
Contribuição Previdenciária	9.936.550.280,29	4,0%
Demais Créditos	16.521.768.297,96	6,6%
Total	249.709.945.177,96	100,0%

Estoque de Créditos Atual

Tipo de Crédito	Valor do Estoque
Ação Judicial	71.800.817.613,16
Ressarcimento de PIS/COFINS	53.879.152.509,50
SalDOS Negativos	19.763.352.460,39
Ressarcimento de IPI	3.697.377.772,55
Total	149.140.700.355,60

Valor do Crédito Presumido Pleiteado em Ressarcimento (em bilhões)



Compensações de débitos previdenciários em 2023

Tipo de Crédito	Valor Crédito (R\$)	%
Pis/Cofins	31.176.546.735,23	48,7%
Contribuição Previdenciária	9.035.904.710,55	14,1%
SalDOS Negativos IRPJ e CSLL	9.085.080.875,04	14,2%
Ação Judicial	6.110.401.512,83	9,5%
IPI - Ressarcimento	4.092.816.412,38	6,4%
Pgto Indevido ou a maior Outros	1.768.404.522,88	2,8%
Demais Créditos	2.787.979.369,30	4,4%
Total	64.057.134.138,21	100,0%

Praticamente metade das compensações de débitos previdenciários, em 2023, foram com créditos de PIS/Cofins. No entanto, cerca de 86% das compensações foram decorrentes de compensação cruzada e somente 14% com a própria contribuição previdenciária.

Arrecadação previdenciária em 2023 foi R\$ 620,3 bi

Compensação de débitos de IRRF em 2023

Tipo de Crédito	Valor Crédito (R\$)	%
Ação Judicial	11.590.060.844,96	28,8%
Pis/Cofins	9.649.940.039,14	24,0%
SalDOS Negativos IRPJ e CSLL	9.044.314.860,60	22,5%
IRRF	5.514.827.318,91	13,7%
Pgto Indevido ou a maior	2.289.215.616,04	5,7%
IPI - Ressarcimento	1.365.813.559,45	3,4%
Demais Créditos	796.346.575,46	2,0%
Total	40.250.518.814,56	100,0%

Já para os débitos de IRRF, as principais fontes são créditos de Ação Judicial e de Pis/Cofins. Também 86% das compensações são de créditos diversos, enquanto 14% são de IRRF.

Arrecadação IRRF em 2023 foi R\$ 270,1 bi
(R\$ 190,9 bi IRRF-trabalho)

Correção proposta na MP

Créditos de PIS/Cofins em geral:

- Serão compensáveis apenas na sistemática da não-cumulatividade, sem compensação com outros tributos ou “cruzada”, exceto com débitos do próprio PIS/Cofins
- Mantém-se a possibilidade de ressarcimento em dinheiro, mediante prévia análise do direito creditório

Crédito presumido de PIS/Cofins

- As leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a “tributação negativa” ou “subvenção financeira” para setores contemplados
- A MP estende essa vedação ao ressarcimento para os 8 casos que permaneceram e que representaram R\$ 20 bilhões pleiteados em 2023
- Não se altera a possibilidade de compensação na sistemática da não-cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a ser pago pelo contribuinte

Outras medidas previstas na MP

Antecipação de efeitos do PL 15/2024

- Cadastro de benefícios

Delegação para julgamento do ITR

- Delegação aos municípios que optarem

Obrigado!



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

